

# Rupturas e permanências: o Projeto UNESCO em São Paulo e no Rio de Janeiro\*

*Ailton Teodoro*

## Resumo:

Partindo de uma leitura das pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, financiadas pela UNESCO no início da década de 1950, este trabalho procura mostrar como Florestan Fernandes (1920-1995), Roger Bastide (1898-1974) e Luiz de Aguiar Costa Pinto (1920-2002) desconstruíram a noção de relativa ausência de conflito racial no país, tomando como base para seus estudos as zonas de modernização capitalista, isto é, o eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Projeto UNESCO – modernização – preconceito de cor

\* Este artigo é a versão modificada de um trabalho de aproveitamento de curso da disciplina “Sociologia das relações raciais no Brasil contemporâneo”, ministrada pelo professor Dr. Antonio Sérgio A. Guimarães, na Universidade de São Paulo, entre março e junho de 2011.

## I. Introdução

Neste trabalho, procurou-se expor de forma sucinta os primeiros resultados do Projeto UNESCO no Brasil, cujo objetivo consistia em produzir uma série de rigorosas investigações sobre as relações raciais em comunidades rurais e urbanas. Diante da experiência de ódio e intolerância contra minorias étnicas, a exemplo do que ocorrera com judeus e ciganos em campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil figurava no imaginário de muitas nações – sobretudo aquelas envolvidas diretamente no conflito armado – como uma ilha de convivência pacífica entre as raças. Ludibriada por ilusões formais, a *intelligentsia* liberal estava convencida de que o mundo podia aprender alguma coisa com aquele distante país da América do Sul.

Através de uma leitura atenta dos trabalhos de Roger Bastide, Florestan Fernandes e Luiz de Aguiar Costa Pinto – contratados para conduzir o projeto em São Paulo e no Distrito Federal –, apresentamos a verdadeira realidade de marginalização da população negra nas duas principais cidades brasileiras, ainda que não existisse formalmente qualquer tipo de segregação racial amparado na lei, diferentemente dos Estados Unidos e da África do Sul que, em determinado período histórico, produziram formas de *apartheid* legalmente sustentadas.

Limitei-me a apresentar e interpretar os dados e argumentos expostos pelos autores nos livros que publicaram após a conclusão do inquérito: *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* (1955) e *O negro no Rio de Janeiro* (1953). Informações que excedem os registros das publicações de Bastide & Fernandes (1955) e Costa Pinto (1955) foram extraídas de livros e artigos de pesquisadores dedicados ao tema, posto que trabalhamos apenas fontes secundárias. Passemos, então, ao trato do problema.

## II. Mudança de foco

Em 1949, pouco depois de assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, Arthur Ramos (1903-1949) elabora um programa de estudos sobre relações raciais no Brasil. Este pareceu ter sido seu último suspiro intelectual, pois faleceu alguns dias depois, em outubro daquele mesmo ano. Tal projeto correspondia às principais preocupações daquela instituição, criada com o franco objetivo de por a nu a tragédia provocada pelo Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial, lançar algumas luzes sobre o debate em torno da noção de raça e criar as bases para o combate ao preconceito.

Embora tenha morrido sem que houvesse tempo para que seu projeto fosse apreciado e qualquer parecer emitido, em junho de 1950 a Conferência Geral da UNESCO aprovou com grande entusiasmo a realização de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Um verdadeiro “laboratório de civilização”,<sup>1</sup> segundo se convencionou chamar, considerava-se que no Brasil os diferentes grupos raciais viviam numa situação de harmonia, sem grandes antagonismos manifestados por conflitos interétnicos, tal como ocorria nos Estados Unidos, na África do Sul e outros diversos países.

Alguns trabalhos de renomados intelectuais contribuíram para que tal fosse a avaliação sobre a situação racial no Brasil, dentre os quais podemos citar *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987), e *Branços e pretos na Bahia* (1942), de Donald Pierson (1900-1995). Ainda que essas obras correspondam a distintos contextos e seus autores proponham deferentes interpretações, ambas provocaram um forte impacto na *intelligentsia* das décadas de 1930 e 1940, tanto dentro como fora do Brasil.

Alfred Métraux (1902-1963), antropólogo suíço que sucedeu Arthur Ramos na direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, agora responsável pelo projeto, fora amplamente influenciado não só por Freyre e Pierson como também por Ruth Landes (1908-1991), E. Franklin Frazier (1894-1962) e Melville Herskovits (1895-1963), estudiosos que passaram pelo Estado da Bahia durante a década de 1940, atraídos pela referida *convivência pacífica entre as raças*. Dessa forma, inicialmente ficou definido que os estudos restringir-se-iam somente àquele Estado, com maior atenção às comunidades rurais. Todavia, em menos de um ano, a orientação geral do estudo seria profundamente alterada, principalmente por dois motivos.

Em primeiro lugar, destacamos o intercâmbio de ideias e discussões por correspondência que Métraux e seu assistente, Rui Coelho (1920-1990), mantiveram com pesquisadores que estavam no Brasil, como Roger Bastide, Otto Klineberg (1899-1992), Charles Wagley (1913-1991) e Luiz de Aguiar Costa Pinto.<sup>2</sup> Para eles a dinâmica das relações raciais em São Paulo e no Rio

1 A expressão fora usada por Rugider Bilden (1929).

2 Roger Bastide integrou a missão francesa convidada a participar da organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da recém-criada Universidade de São Paulo e ocupou a cadeira de Sociologia I de 1938 a 1954. O antropólogo e psicólogo social Otto Klineberg foi responsável pela criação do departamento de psicologia daquela faculdade entre 1945 e 1947. Charles Wagley chegara ao Brasil no final dos anos 1930, por meio de uma parceria entre a Universidade de Columbia (EUA) e o Estado da Bahia, onde desenvolveu estudos sobre comunidades indígenas e rurais próximas a Salvador, e em 1953, sob encomenda da UNESCO, coordenaria um estudo do mesmo gênero na Amazônia. Finalmente, Luiz de Aguiar Costa Pinto, o único intelectual brasileiro, formou-se na antiga Universidade do Rio

de Janeiro era fundamentalmente discrepante da situação que se reproduzia na Bahia devido ao rápido e avassalador processo de industrialização e urbanização em curso naquele momento nas duas capitais.

Em seguida devemos mencionar a visita que Métraux faz ao Brasil em fins de 1950. Seguindo para Salvador e depois Rio Janeiro e São Paulo, e vendo de perto a situação da população de cor, formulou outro juízo a respeito da pretensa convivência harmoniosa entre brancos e negros no Brasil. Quando volta a Paris e elabora o diagnóstico sobre sua viagem, admite a necessidade de focalizar as zonas em processo de modernização capitalista, principalmente São Paulo, pois era notória a possibilidade de captar os fatores suscetíveis de provocar antagonismos raciais que, em outros contextos, se achavam em estado latente ou careciam de um elemento catalisador, como a competição no mercado de trabalho.

### III. Os rumos do inquérito em São Paulo e no Rio de Janeiro

É, portanto, nesse contexto que se inserem as investigações realizadas por Roger Bastide e Florestan Fernandes em São Paulo e por Costa Pinto no Rio de Janeiro. Ainda que *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* (1955) e *O negro no Rio de Janeiro* (1953) fossem arquitetados de maneiras distintas, se utilizem de métodos de pesquisa diferentes e abordem o “problema negro” sob aspectos singulares, ambos os estudos procuram compreender a dinâmica dos ajustamentos raciais, a manifestação do preconceito de cor e as formas de resistência contra a discriminação racial sob o advento da “ordem social competitiva”.

Cabe lembrar que esses estudos também situam-se num período de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Como é sabido, as poucas análises que desfrutavam de prestígio nos meios intelectuais brasileiros encontravam-se num ponto de intersecção entre a historiografia, a sociologia e a literatura. Sob a rubrica de *ensaísmo histórico-sociológico*, essa tradição intelectual começou a perder fôlego em meados dos anos 1950 quando, por um lado, os chamados

---

de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e substituiu Jacques Lambert, professor da missão francesa, na cadeira de Sociologia em 1943. Costa Pinto era muito amigo de Arthur Ramos e por isso logrou influenciar as diretrizes do Projeto UNESCO.

*estudos de comunidade*,<sup>3</sup> foram introduzidos nos meios acadêmicos brasileiros e, por outro, as missões estrangeiras, sobretudo francesa, começaram a produzir seus primeiros sociólogos profissionais em solo nacional, capazes de empregar em suas pesquisas as modernas técnicas de investigação ensinadas pelos professores de fora, permitindo à sociologia converter-se num campo autônomo em relação aos demais.<sup>4</sup>

O Projeto UNESCO teve fundamental importância nesse processo. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* é o resultado de uma ampla documentação coletada por meio de inúmeras técnicas utilizadas nesse estudo: questionários quantitativos, entrevistas qualitativas (coleta de depoimentos), observação participante, análise de artigos que circulavam na imprensa negra e, talvez a maior das inovações, a inserção do próprio movimento negro na elaboração da pesquisa.

Durante o inquérito, Bastide e Fernandes abriram dentro da Universidade de São Paulo uma Comissão de Estudo das Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo. Os pesquisadores agendavam reuniões com lideranças dos “movimentos sociais do ‘meio negro’” e, sempre acompanhados por Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira, Ruth Villaça, dentre outros, que anotavam tudo, debatiam sobre os problemas da população de cor. Não raro adentraram favelas e cortiços para colher depoimentos e averiguar as condições de moradia nas quais vivia o negro paulista (CARDOSO. In: BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 16).

Já no caso da pesquisa realizada no antigo Distrito Federal, *O negro no Rio de Janeiro* pode ser lido como um “esforço de afirmação da sociologia como ciência capaz de interpretar o amplo painel de mudanças sociais existente no Brasil naquela época” (MAIO. In: COSTA PINTO, 1998, p. 33). Como salientamos acima, por meio das intervenções de Costa Pinto e outros intelectuais, o Projeto UNESCO sofreu alterações radicais segundo fora concebido originalmente. Discípulo de Arthur Ramos, Costa Pinto renegara suas raízes

---

3 Emílio Willems, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, e Donald Pierson, na Escola Livre de Sociologia e Política, introduziram essa abordagem empirista no Brasil, típica entre os pesquisadores filiados a tradição intelectual da Escola de Chicago. Willems desenvolveu estudos sobre os ajustamentos culturais dos imigrantes alemães no Sul do Brasil e em uma comunidade caipira, no interior de São Paulo. Já Pierson estudou relações raciais na Bahia.

4 Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o antropólogo Claude Lévi-Strauss – membro da missão francesa e professor da Universidade de São Paulo entre 1935 e 1938 – assinala que os estrangeiros levaram para os estudantes brasileiros, sobretudo, “um método de trabalho. Eles pesquisavam a torto e a direito, era qualquer coisa. Diria que nós os ensinamos a se disciplinar intelectualmente [...]” (LÉVI-STRAUSS, 2004).

intelectuais, pois tinha para si que a antropologia de seu mestre mantinha-se presa ao passado por estudos que destacavam características intrínsecas às raças, traços religiosos africanos e fundamentos sócio-históricos que consubstanciavam uma enganosa noção de identidade nacional – cujo aporte era a relativa ausência de conflito interétnico.

Tendo em vista que a própria *intelligentsia* brasileira sofria do *atraso estrutural* das relações sociais, o Projeto UNESCO abria novos horizontes para se pensar o Brasil. Portanto, Costa Pinto entendia que as novas condições sociais geradas pelas mudanças econômicas em curso acabavam por promover uma atmosfera de fortes tensões raciais, em grande parte absorvida pelos conflitos de classe. Uma interpretação antagônica àquela descrita por seus antecessores, para quem a escravidão de origem ibérica teria promovido relações de dominação tão doces quanto o açúcar produzido nos engenhos do Recife velho.

Os materiais utilizados na composição de *O negro no Rio de Janeiro* foram principalmente dados demográficos, educacionais e econômicos de 1940 e 1950, disponíveis em institutos censitários, como o IBGE. Outras fontes foram documentos, pareceres, atas e discursos sobre o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Congresso do Negro Brasileiro (CNB), além de artigos de intelectuais, como Guerreiro Ramos, que circulavam na imprensa negra.

Neste aspecto, diversamente do que ocorrera em São Paulo, os procedimentos de pesquisa e análise do material coletado no Rio de Janeiro, adotados por Costa Pinto, estabeleciam um claro divisor de águas entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, totalmente de acordo com os tradicionais padrões de análise científica, cuja origem remonta ao positivismo do século XIX – como se fosse um biólogo que observa o comportamento das amebas. Diante dos resultados obtidos, muito mal recebidos nos movimentos sociais do “meio negro” por tê-los criticado impiedosamente, Costa Pinto foi caricaturado pejorativamente como “dono do problema do negro”.

#### iv. Interpretação dos dados

De acordo com a avaliação de Bastide e Florestan Fernandes, a urbanização e a industrialização da cidade de São Paulo provocaram “fissuras no antigo edifício social”, suscitando a conseqüente mudança nas estruturas e valores sociais, embora os últimos sofressem transformações mais lentas do que os primeiros. Portanto, os antigos valores da ordem escravista ainda faziam-se sentir nas relações contemporâneas entre negros e brancos. Contudo, salientam, no período pré-industrial, o preconceito estava na base de todo o

sistema de posições ocupadas na hierarquia social, formando o *establishment* de uma ordem heterônoma, típica da dominação senhorial. Já na ordem de livre mercado, manifestando-se de maneira sutil, ainda que perversa, o preconceito tratava-se tanto de um mecanismo de autodefesa, como era um instrumento de controle social. Gerado quando o branco sente-se ameaçado pela ascensão do homem negro, as manifestações do preconceito de cor claramente visavam à conservação da pirâmide ocupacional, com os brancos ocupando posições de mando e os negros em postos subalternos.

Assim, os sociólogos observam que os brancos negam-se a ver o esforço dos homens de cor para se integrar na sociedade de classes, mantendo a imagem de um negro lascivo, inconstante e marginal – reforçada pela incorporação do imigrante europeu à indústria paulista. Nesse sentido, Bastide intencionalmente reproduz o discurso ideológico dos brancos para mostrar que a origem “bárbara” ou “selvagem” do negro, ao lado do embrutecimento provocado pelo trabalho escravo e da abolição mal planejada

impediram o negro de se integrar à civilização ocidental. Ele continua a viver à margem. Pois não busca instruir-se, nem melhorar a sua situação. Não tem constância nem energia no trabalho. Prefere vagabundear pelas ruas e beber pinga, assim que arranja um pouco de dinheiro, em vez de economizar. Ou então vive às custas da criada de cor que lhe dá o dinheiro que ganha, e à noite o recebe em seu quarto, enquanto os patrões dormem (BASTIDE. In: BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 201).

Mesmo sustentando tais estereótipos, os brancos negam ter qualquer preconceito de cor e, como prova, alegam ajudar os “melhores elementos” do “meio negro” a conseguir bons empregos e “subir” socialmente. Não obstante, a falta de vontade da massa negra consiste no principal empecilho à sua melhoria de vida, afirmaram todos os empresários, industriais e comerciantes entrevistados durante o inquérito,

[pois] o negro, dizem eles, é incapaz de trabalho organizado, não tem o senso de responsabilidade, não sabe servir-se de máquinas, não gosta de submeter-se a um horário fixo e regular, é capaz apenas de trabalho bruto não especializado, como transportar pesos, carregar e descarregar caminhões, limpeza grosseira (ibidem, p. 201).

Como consequências, o elemento negro seria impedido de competir em condições de igualdade por espaço no mercado de trabalho, seus esforços por

integração na sociedade de classes como proletariado eram malogrados pela preferência que os empregadores demonstravam por mão de obra branca estrangeira, e a pequena elite negra, formada por meio da ascensão social paternalista, via-se obrigada a corresponder aos anseios e expectativas de comportamento que o protetor branco dela esperava, pois, na prática, continuava pertencendo a ralé, bastando um desvio de conduta para que “volte ao lugar de onde veio”. Por outro lado, o surto industrial dos anos 1950 e o aumento na demanda por mão de obra exigiu dos empregadores a contratação de trabalhadores negros, deflagrando pela experiência do trabalho a centelha de uma “consciência racial” mediante os insucessos na vida cotidiana.

Por meio das sondagens (FERNANDES. In: *ibidem*, p. 241-249), Fernandes constatou uma íntima relação entre a situação econômica do negro e a consciência das restrições ligadas à cor. Em segundo lugar, notou-se que a maioria dos entrevistados estava convencida de que a cor restringe as oportunidades dos negros, reforçando o quadro representado pelo discurso dominante. Entretanto, os autores também puderam identificar no “meio negro” uma tendência à competição com os brancos, mesmo em trabalhos considerados apanágio desses últimos. O advento da “ordem social competitiva” gerara novos valores no meio negro, particularmente os que prezavam por demais canais de ascensão social em detrimento dos velhos mecanismos paternalistas subscritos no amparo de algum padrinho branco. Os movimentos sociais negros inserem-se nessa chave, pois são fruto dessas mudanças na consciência e mais ou menos refletem a intensidade dos conflitos interétnicos em meio à acomodação racial.

Por seu turno, Costa Pinto preocupou-se muito mais em mostrar as disparidades sociais entre brancos e negros com base em diferenças de renda e perfil ocupacional dos dois grupos, localização das habitações e condições de moradia do negro, etc. Para o sociólogo, tais fatores consistiam nas causas fundamentais da situação de miséria, exclusão e subalternidade sofrida pelos negros, deixando claro que a flagrante tensão racial, patenteada nas deficientes vias de acesso a educação, ascensão social e qualidade de vida preteridas pela população de cor, deve-se à segregação espacial, econômica e social entre brancos burgueses e não brancos proletários.

Em sua acepção, a raça estava quase completamente subsumida na classe: diversamente do que Bastide e Fernandes perceberam em São Paulo, o autor enfatiza que no Rio de Janeiro a massa negra, proveniente das classes baixas, consolidara a formação do proletariado industrial e, por isso, o “negro-massa” nutria maior identidade ideológica com os círculos operários do que com uma pequena elite formada por intelectuais negros de classe média, que não



eram aceitos pela “fidalguia” branca da forma que gostariam ou mereceriam. Em São Paulo, a pesquisa registrou que mesmo dentro do universo das classes subalternas, o negro pobre defronta-se com uma flagrante desvantagem no acesso aos canais de ascensão social do que o branco pobre, sobretudo quando observamos a preferência da classe empresarial por trabalhadores brancos em lugar de negros.

## v. Os movimentos sociais do “meio negro”

Um ponto em comum entre *O negro no Rio de Janeiro* e *Branco e negro em São Paulo* é a abordagem dos movimentos sociais negros. Quanto ao modo de explorar o tema, podemos dizer que Costa Pinto foi muito mais ferino em sua análise do que Florestan Fernandes e Roger Bastide, pois mobilizou-se como oponente das associações negras, chamadas por ele de *associações de novo tipo*. Fundadas pela *intelligentsia* negra, argumenta que tais associações dedicavam-se a apologia da *negritude* e destacavam-se por seus projetos de inserção positiva do negro na vida social por meio da arte, principalmente no Teatro Experimental do Negro, surgido em 1944, sobre o qual debruçou-se a crítica do autor.

Inicialmente o TEN procurou atuar nos meios artísticos como um protesto contra a atribuição de papéis subalternos ao negro no teatro ou contra sua simples ausência no ramo. Mas em poucos anos ganhou certa inserção política e legitimidade, promovendo conferências, congressos e concursos de beleza a fim de valorizar os “atributos da raça” e, nas palavras de Abdias do Nascimento, criador do TEN: “Adestrar gradativamente a gente negra nos estilos de comportamento da classe média e superior da sociedade brasileira” (NASCIMENTO apud COSTA PINTO, 1998, p. 249), além de reeducar a massa negra e redimi-la de seus complexos.

Para realizar tais ambições, o TEN fundou o Instituto Nacional do Negro, dirigido por Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo negro de projeção, envolvido com o projeto integracionista de Abdias do Nascimento. Concebidas para atuar nos morros cariocas e purgar as comunidades negras do ressentimento provocado pela discriminação racial que impedia a livre realização das pessoas de cor, as seções de *grupo terapia* realizadas no Instituto instigavam a população negra a extravasar suas emoções, a fim de readaptá-la à vida social sem os referidos complexos de inferioridade.

De maneira incisiva e pouco polida, mas muito segura de si, Costa Pinto identifica em tais ideias e práticas o desejo incontido de intelectuais “negros de classe média querendo se adestrar nos estilos de sua classe” (ibidem, p. 254 e ss).

Todavia, segundo a interpretação do sociólogo baiano, o projeto adestrador de Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento esbarrava nas limitações e adversidades impostas pela linha de cor, pois mesmo que fossem bem-educados, os representantes da classe média negra jamais seriam aceitos nos círculos da elite branca, muito menos as classes populares. Diante de tal desventura, esses intelectuais negros encontraram refúgio para suas angústias na fantasia do “faz de conta que somos brancos” e nas aspirações de ensinar aos pobres e miseráveis favelados “o segredo da purgação dos recalques” (ibidem, p. 254; grifos do autor) postos na alma do povo pelos baixos salários, pela herança da escravidão, pelo analfabetismo e por toda sorte de desventuras que assolam a vida dos oprimidos, sejam eles brancos ou negros. Enfim, debatiam-se por firmar o orgulho negro de cima para baixo, completamente cindido por valores do homem branco.

Devido às reações de insatisfação que provocou no “meio negro”, o livro de Costa Pinto não teve a mesma repercussão que o estudo de Bastide e Florestan Fernandes. A formulação de sua crítica, que muito provavelmente endereçou-se aos desafetos pessoais que seu autor nutria por Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, até hoje ocasiona ridicularizações nos meios acadêmicos. Além disso, sua ortodoxia marxista<sup>5</sup> equivocadamente o contrapôs ao movimento negro e o impediu de atentar para a dialética entre a particularidade de uma experiência e a universalidade de suas reivindicações, engendrada nos movimentos sociais. No entanto, a fecundidade de *O negro no Rio de Janeiro* é tão profunda quanto a de *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. Basta saber interpretá-lo – o que infelizmente não podemos realizar exaustivamente num espaço tão curto.

Sem dúvida a interpretação de Costa Pinto é, no mínimo, polêmica, se comparada com a avaliação de Bastide e Florestan Fernandes sobre os movimentos sociais do “meio negro”, principalmente quanto à função de tais organizações na resistência ao branco e na luta contra o preconceito de cor. Elas são responsáveis por congregar o sentimento de revolta do negro contra o preconceito, mesmo que somente em algumas camadas da classe média negra ilustrada. Bastide lembra que nos seus primórdios, os movimentos sociais

---

<sup>5</sup> Evidentemente faço referência à cega ortodoxia do Partido Comunista do Brasil (PCB), cuja servidão ao papismo-cesarismo moscovita praticamente impediu o florescimento da verdadeira ortodoxia marxista, cujo princípio pode ser resumido nas seguintes palavras: “O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (LUKÁCS, 2003, p. 64).

do “meio negro” encontraram na imprensa seu principal meio de combate, mas foi na *Frente Negra Brasileira* (1931-1936) que a peleja contra os estereótipos negativos atribuídos ao negro ganha institucionalidade política. Baseadas nos arquétipos contra os quais lutavam, as associações negras ofereciam cursos de alfabetização e profissionalização à população de cor.

Geradores de atitudes inconformistas quanto à situação social de inferioridade da população negra e catalisadores do sentimento de união socialmente consciente dos interesses comuns, frequentemente os movimentos sociais do “meio negro” foram equivocadamente acusados de segregacionistas. Mas, segundo Florestan Fernandes, a reivindicação mais constante desses movimentos, frequentemente publicados em artigos da imprensa negra e nas atas dos seus congressos, é a integração homogênea e positiva do negro a vida social do país e não sua absorção por meio de um filtro por onde passam uma gota após a outra, como escreveu Bastide (2008, p. 223).

## vi. Considerações finais

Entre 1959 e 1962, sob a orientação de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni produziram estudos semelhantes àqueles encomendados pelo Projeto UNESCO, mas agora na região sul do país, de maioria branca: em 1959, publicam juntos *Cor e mobilidade social em Florianópolis*; em 1961 ambos doutoram-se respectivamente com as teses *Formação e desintegração da sociedade de castas* e *O negro na sociedade de castas*, publicados em 1962 pela Difusão Europeia do Livro sob os títulos *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e *As metamorfoses do escravo*. De semelhante envergadura que não podemos deixar de mencionar é a tese de doutoramento defendida por Maria Sylvia de Carvalho Franco em 1964, *Homens livres na velha civilização do café*, publicada em 1969 como *Homens livres na ordem escravocrata*. Outro estudo relevante, este também encomendado pela UNESCO, fora conduzido por Oracy Nogueira na cidade de Itapetininga, interior de São Paulo, e publicado junto com os estudos de Bastide e Fernandes em 1955, embora à época não lograsse grande repercussão. O próprio Florestan deu continuidade aos estudos das relações raciais na vida social brasileira. Em sua tese de cátedra, *A integração do negro na sociedade de classes*, publicada em 1964, nosso autor desenvolveu muitas das teses presentes no seu estudo de 1955, assim como apresentou inovações. Dentre elas, menciono talvez a mais importante: a crítica ao *mito da democracia racial*.

Em poucas e simples palavras, o sociólogo paulista denunciou que esse mito era muito eficaz em criar as aparências de um ambiente livre de ten-

sões e segregação raciais, na medida em que, partindo das relações de convivência no cotidiano, brancos e negros se cumprimentavam com um tapinha nas costas, tomavam cachaça juntos no bar da esquina, etc. Contudo, essencialmente, não eram detectadas melhorias nas condições de vida da população de cor, que ainda habitava porões, cortiços e favelas nas grandes cidades brasileiras; era impedida de frequentar certos locais, mesmo depois da Lei Afonso Arinos ter sido outorgada em 1951;<sup>6</sup> e não dispunha de oportunidades iguais no acesso a educação, trabalho e representação política. Como assinalou Florestan Fernandes, o *mito da democracia racial* consistia em uma ideologia respaldada num discurso de dominação política dotado de força suficiente para desmobilizar os movimentos sociais do “meio negro” e malograr os esforços pela construção de uma sociedade industrial e democrática no Brasil.

Não há dúvida que a realização desse projeto nacional requeria a integração completa do segmento negro na sociedade de classes, própria das sociedades ocidentais desenvolvidas. No entanto, sua incorporação depende das históricas reivindicações do movimento negro: outorga de direitos de cidadania e reconhecimento da humanidade de mulheres e homens de cor. Esta última, negada pelas elites a índios, negros e mestiços desde os primórdios da formação social brasileira, notou-o um jovem pesquisador (VELLOSO, 2001, p. 78-79), encontrou eco duzentos anos depois na “ambivalente repulsa às impulsões de tratamento igualitário do ‘negro’ e de acatamento aparente dos requisitos do novo regime ‘democrático’” (FERNANDES, 2008a, p. 307) por parte das classes abastadas, elas mesmas cientes de que não eram sérias quando falavam em *democracia racial*. Nesta linha, responsáveis por nossa tragédia racial, as elites brasileiras nunca mediram esforços para conservar seus privilégios econômicos e políticos, mesmo que isso implicasse na supressão das liberdades democráticas, de tal forma que a integração da sociedade brasileira à civilização ocidental não se deu por outra via senão a autoritária.

Já nos anos 1950 Florestan Fernandes alertava que o avanço sem freios do capitalismo no Brasil, tal como assistiu ocorrer nas eras Vargas, JK e durante o ciclo militar, poderia gerar efeitos perversos aos projetos de reforma social que aspirassem por democratizar a riqueza, a cultura e o poder político, uma vez que a herança da escravidão persistia como o principal

---

6 A Lei nº 1390 de 3 de julho de 1951 define a prática do preconceito racial como contravenção penal, passível de punição legal.

componente de uma ordem social heterônoma. Mas também reconheceu que a sociabilidade no campo das relações raciais, tão exaltada pelo referido *mito da democracia racial*, se acompanhada do incremento da consciência de cidadania e do exercício mais efetivo da democracia política, era substancial para a construção de uma sociedade moderna, justa, igualitária, heterogênea e cordial.

O Projeto UNESCO foi originalmente concebido para mostrar ao mundo um exemplo de tolerância e respeito às diferenças religiosas, étnicas e culturais, não obstante revelou à *intelligentsia* local e estrangeira duas novidades interdependentes, a saber, as facetas de um racismo silencioso, que se instala nas pequenas frestas da convivência, contraditoriamente negado pela maioria dos entrevistados, sob a alegação de que a cor era apenas um acidente, pois “somos todos brasileiros”. Além disso, os inquéritos revelaram o surgimento de um novo ator na dinâmica das relações raciais. Os movimentos sociais do “meio negro”, para o bem ou para o mal, falavam em nome da população de cor e punham às claras o drama da marginalização do negro, que só quer progredir com a sociedade, reivindica igualdade de tratamento, condições e oportunidades ou simplesmente ser aceito em meio à elite branca, como observou Costa Pinto.

Não nos cabe julgar a validade das reivindicações do movimento negro, mas, sim, reconhecer na linha de classe racializada a principal mediação nas relações entre negros e brancos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ainda hoje negros ocupam as posições mais baixas da estrutura de classes e “subir socialmente” tem se mostrado mais fácil para brancos do que para negros; para os últimos, os baixos índices de instrução, renda e as restrições ligadas à cor são as principais barreiras aos processos de ascensão social em massa.

Ora, se é verdade que nas ciências sociais não é possível aderir ao postulado da neutralidade axiológica, mas nada nos impede de sermos objetivos no trato das questões sociais sem, no entanto, reduzir o pensamento em plano imediato da ação, esperamos ter minimamente contribuído para o esclarecimento de questões ligadas à origem dos debates contemporâneos sobre a exclusão social no Brasil, evidentemente muito mais imperativa abaixo da linha de cor.

## Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008.

- BILDEN, Rugider. Brazil, Laboratory of Civilization. *The Nation*, Nova York, CXXVIII, n. 3315, p. 71-74, 1929.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- \_\_\_\_\_. Uma pesquisa impactante [apresentação]. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008.
- \_\_\_\_\_; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre brancos e negros numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Nacional, 1960.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações raciais numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica*, v.I. São Paulo: Globo, 2008a.
- \_\_\_\_\_. A luta contra o preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008c.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. [prefácio]. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O Projeto UNESCO na Bahia*. Comunicação ao Colóquio Internacional "O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois", Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 12-14 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/OIPaper-ASGI.htm>>.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2008.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Para Lévi-Strauss, missão francesa trouxe disciplina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u14868.shtml>>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- MAIO, Marcos Chor Maio. Costa Pinto e a crítica ao "negro como espetáculo" [apresentação]. In: COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações raciais numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- \_\_\_\_\_. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50, São Paulo. *RBCS*, São Paulo, v. 14, n. 41, out. 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato social*. São Paulo: Nacional, 1945.

VELLOSO, Gustavo. O Donativo Real e a escravidão colonial paulista: um trabalho de iniciação científica. *Revista de Cultura e Extensão USP*, São Paulo, v. 5, maio 2011.



Ailton Teodoro de Souza Pereira – Graduando em Ciências Sociais pela FFLCH – Universidade de São Paulo.

[ailton.teodoro.pereira@usp.br](mailto:ailton.teodoro.pereira@usp.br)